

Atestado de Capacidade Técnica

Atesto, para os devidos fins, que a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, CNPJ 03.591.509/0001-44, com sede na C 12 AE 02, Sala 323, 3º Andar - Ed. Conjunto Nacional - Taguatinga Centro, Brasília-DF, CEP 72.010-120, presta, ao Supremo Tribunal Federal, sediado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 00.531.640/0001-28, o objeto em destaque, com as seguintes características:

Processo Administrativo de Contratação nº 356.163 (Físico); nº 002503/2016 (SEI).

Contrato nº 67/2015 - com 11 (onze) termos aditivos.

Modalidade de Contratação: Pregão Eletrônico nº 80/2015.

Vigência Contratual: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2020.

Objeto: Prestação de serviços de apoio administrativo na área de carregadores de bens.

2. Declaro que a contratada executa o objeto do ajuste acima indicado, de forma satisfatória, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no instrumento contratual e no respectivo Termo de Referência, nos termos expostos pela Coordenadoria de Manutenção e Patrimônio e pelo Núcleo de Gestão de Contratos da Secretaria de Administração e Finanças do Supremo Tribunal Federal, constante do Processo Administrativo nº 001208/2020.

Brasília, 05 de fevereiro de 2020.

Edinalva Santos Oliveira

Fiscal do Contrato nº 67/2015.

Maria de Fátima de Oliveira Campos


Gestor do Contrato nº 67/2015.


Ciente.


Luiz Antônio de Souza Cordeiro


Secretário de Administração e Finanças



 Documento assinado eletronicamente por **Edinalva Santos Oliveira, GERENTE V**, em 05/02/2020, às 19:07, conforme logotipo art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por **Alex Bruno Silva Costa, GESTOR**, em 06/02/2020, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio de Souza Cordeiro, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, em 07/02/2020, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1132684** e o código CRC
QRCode
Assinatura **EA9B8B96**.

1132684v2

001208/2020


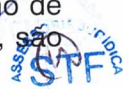
CONTRATO Nº 67/2015

CONTRATO N. 67/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE CARREGADORES DE BENS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA (Pregão Eletrônico Nº 80/2015 – Processo 356.163).

A UNIÃO, por intermédio do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, sediado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 00.531.640/0001-28, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Sr. **Amarildo Vieira de Oliveira**, RG 561.385-SSP/DF e CPF 289.880.001-53, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso IX, alínea z, do Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, de 4/11/2003, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, com sede na C-12 AE 02 Sala 323, 3º Andar – Ed. Conjunto Nacional – Taguatinga Centro, Brasília - DF, CEP: 72.010-120, CNPJ 03.591.509/0001-44, telefone/fax: (61) 3336-1982, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **Marcos Alex Sá Sereno**, CREA n. 7.779/D-DF e CPF 253.758.063-04, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato observando-se as normas constantes nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e no Decreto 3.555/2000, o contido no Processo 356.163 e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de apoio administrativo na área de carregadores de bens, observados o Edital de licitação, o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento, naquilo que não o contrarie.



Amarildo

Supremo Tribunal Federal

- c) manter matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, durante toda a vigência do Contrato, com condições adequadas para gerenciar a prestação dos serviços;
- d) fornecer, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato, endereço da matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, bem como número de telefone comercial fixo, móvel, fax também no Distrito Federal e endereço eletrônico (e-mail), devendo atualizar todos os dados sempre que houver alteração;
- e) assinar e proceder a devolução de termos aditivos em até 5 (cinco) dias úteis, a contar de seu recebimento;
- f) responsabilizar-se, em relação aos profissionais alocados nos postos de trabalho, com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como:
 - f.1) salários;
 - f.2) taxa, impostos e contribuições;
 - f.3) indenizações;
 - f.4) auxílio-alimentação;
 - f.5) auxílio-transporte;
 - f.6) uniforme completo;
 - f.7) crachá; e
 - f.8) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo ou por Convenção Coletiva de Trabalho.
- g) contratar, sob sua inteira responsabilidade, os profissionais a serem alocados nos postos de trabalho, mediante seleção procedida por exame psicotécnico realizado por profissional habilitado, com as condições a seguir:
 - g.1) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 - g.2) estar quite com as obrigações eleitorais;
 - g.3) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os profissionais do sexo masculino;
 - g.4) ter aptidão física e mental para o exercício de suas atribuições;
 - g.5) apresentar certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, da Justiça Federal e Estadual; e
 - g.6) apresentar folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses.
- h) proceder a avaliação técnica e psicológica de todos os profissionais a serem alocados nos postos de trabalho, com vistas à aprovação do **CONTRATANTE**;
- i) responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiros ou ao **CONTRATANTE**;

Supremo Tribunal Federal

- t) cumprir as normas e regulamentos internos do **CONTRATANTE**, porém sem gerar qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- u) substituir definitivamente, sempre que exigido pelo **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer profissional no posto de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público. Fica vedado o retorno dos profissionais substituídos às dependências do **CONTRATANTE**, para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais;
- v) comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução;
- w) comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo **CONTRATANTE**;
- x) acatar a fiscalização do **CONTRATANTE** levada a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim, e cuja solicitação atender-se-á imediatamente, comunicando-o de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços;
- y) apresentar ao **CONTRATANTE** toda a Legislação Federal e Distrital atualizada existente ou que venha a ser criada que regulamenta as atividades contratadas, bem como, fornecer, quando da assinatura deste Contrato e quando de sua prorrogação, o acordo ou convenção coletiva registrado no Ministério do Trabalho e Emprego;
- z) criar métodos de incentivo profissional, visando motivar o profissional no desempenho de suas atividades;
- aa) orientar os profissionais alocados nos postos de trabalhos a:
 - aa.1) não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas ou funcionários, durante o horário de trabalho, sobre assuntos diversos da atividade exercida no posto;
 - aa.2) utilizar o telefone exclusivamente para o serviço. As chamadas externas realizadas em caráter particular serão cobradas em conta telefônica, devendo ser pagas até o 5º dia útil, a contar da notificação;
 - aa.3) apresentar-se devidamente asseados, barbeados, unhas e cabelos cortados e os cabelos presos ou curtos; e
 - aa.4) portar em lugar visível o crachá de identificação confeccionado pelo Contratante.
- bb) apresentar o plano de férias dos profissionais alocados nos postos de trabalho ao **CONTRATANTE** para fins de avaliação, observada a necessidade de serviços do Tribunal;
- cc) entregar, sempre que solicitado, à unidade fiscalizadora deste Contrato, cópias dos comprovantes de pagamento de salário e de fornecimento de auxílio-alimentação e auxílio-transporte aos profissionais, os quais deverão constar nome e matrícula do profissional, data da entrega, bem como a quantidade e o valor dos vales e o mês de competência e, ainda, assinatura do profissional atestando o recebimento, cuja comprovação deverá ocorrer em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação do **CONTRATANTE**;
- dd) entregar ao profissional o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação até o último dia útil do mês anterior ao da prestação dos serviços;
- ee) efetuar o pagamento dos salários dos profissionais via depósito bancário na conta do

- rr.1) caso haja prorrogação do Contrato, a partir do 2º (segundo) ano de vigência, o Gestor do Contrato verificará a necessidade de solicitação de novo conjunto de uniforme. Nestes casos, a **CONTRATADA** entregará o uniforme após provocação do Gestor do Contrato.
- ss) entregar os uniformes nas dependências do **CONTRATANTE**, em local a ser definido pelo gestor deste Contrato, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura deste Contrato, conforme prescrições a seguir:
- ss.1) todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** submeter amostra do modelo, cor e qualidade do material de cada peça que compõe o conjunto de uniforme para aprovação, resguardando-se ao **CONTRATANTE** o direito de exigir a substituição daqueles julgados inferiores às especificações, conforme o Anexo A do Termo de Referência;
- ss.2) o uniforme completo deverá ser fornecido aos profissionais mediante recibo, cuja cópia deverá ser enviada ao **CONTRATANTE** em até 5 (cinco) dias, a contar da entrega. O custo com uniformes não poderá ser repassado aos profissionais, assim como não poderá ser exigido o uniforme usado quando da entrega dos novos, bem como no término deste Contrato;
- tt) fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) dos profissionais, tais como: luvas de segurança para manuseio de material cortante, cordas para amarração de material, máscaras para proteção contra poeira e cintos de agachamento para proteção de coluna;
- uu) oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**;
- vv) cientificar o **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência;
- ww) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**;
- xx) não preencher os postos de trabalho e a função de preposto com empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**;
- yy) responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal de sua residência até às dependências do **CONTRATANTE** ou outro local previamente designado, e vice-versa, por meios próprios, em caso de paralisação do transporte coletivo, bem como nas situações em que se faça necessária a execução de serviços em regime de horas suplementares, independente do percurso;
- zz) comparecer, em até 10 (dez) dias a contar do recebimento do ofício emitido pelo **CONTRATANTE**, ao Banco do Brasil para abertura da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação, em nome da empresa, apresentando os documentos solicitados;
- aaa) autorizar, no momento da assinatura do Contrato, o STF a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela **CONTRATADA**, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- bbb) oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**;

seguro garantia, correspondente a 5% do valor total anual estimado, tendo como beneficiário o **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro – A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura deste Contrato.

Parágrafo segundo – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pelo STF à Contratada;
- c) prejuízos diretos causados ao STF decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela Contratada, quando couber;
- e) prejuízos indiretos causados ao STF e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

Parágrafo terceiro – Caso a garantia prestada pela **CONTRATADA** seja nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá prever, expressamente, cobertura indicada no parágrafo anterior.

Parágrafo quarto – O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

Parágrafo quinto – Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, o **CONTRATANTE** deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo sexto – A garantia referida nesta cláusula deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual e somente será liberada ou restituída, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, depois de expirado o prazo de vigência do Contrato, ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

Parágrafo sétimo – Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

Parágrafo oitavo – Aditado o Contrato, prorrogado o prazo de sua vigência ou alterado o seu valor, ou reduzido o valor da garantia em razão de aplicação de qualquer penalidade, fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do evento que deu ensejo à alteração, garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula.

Parágrafo nono – No caso de prorrogação do prazo contratual, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da assinatura do termo aditivo ao Contrato.

- j) nota fiscal de aquisição e comprovante de entrega (ou outro documento equivalente, assinado pelo STF, pela **CONTRATADA** e, quando for o caso, pelo ocupante do posto) referente aos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e aos uniformes.

Parágrafo primeiro – Os custos com os benefícios referentes à Assistência Odontológica e ao Plano de Saúde serão ressarcidos mediante a efetiva comprovação dos gastos com a apresentação de contratos coletivos de Plano de Saúde e/ou Odontológico, firmados com operadoras de Plano de Saúde e/ou Odontológico, autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ou a comprovação do repasse conforme previsto em convenção coletiva de trabalho, acompanhados da relação nominal mensal dos profissionais ocupantes dos postos de trabalho beneficiários dos respectivos planos. Os custos a serem ressarcidos terão como limites os valores fixados em Convenção Coletiva.

Parágrafo segundo – Os custos com os benefícios referentes ao Auxílio Funeral e Seguro de Vida serão ressarcidos mediante a efetiva comprovação do óbito do funcionário ocupante do posto de trabalho, acompanhado do respectivo recibo. O valor a ser ressarcido corresponderá ao definido na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

Parágrafo terceiro – Caso a **CONTRATADA** realize o desconto do Vale Refeição no contracheque do empregado, caso estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, os valores pagos a mais pelo STF serão glosados.

Parágrafo quarto – O ressarcimento relativo a Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Uniformes será realizado com base na cotação apresentada pela Adjudicatária quando da licitação.

Parágrafo quinto – O pagamento referente aos valores gastos com Auxílio Saúde, Seguro de Vida, Equipamentos e Materiais, Material de Consumo, Ferramentas e Uniformes serão pagos à Adjudicatária mediante ressarcimento.

Parágrafo sexto – A **CONTRATADA** não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do Contrato.

Parágrafo sétimo – As notas fiscais/faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, neste Contrato ou quando observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à **CONTRATADA** e nesse caso o prazo previsto nesta Cláusula será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

Parágrafo oitavo – O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento dos serviços prestados após a comprovação do pagamento dos correspondentes salários, auxílio-alimentação e auxílio-transporte dos profissionais alocados nos postos de trabalho e dos respectivos encargos sociais.

Parágrafo nono – A comprovação de que trata o parágrafo anterior será demonstrada mediante apresentação de documentos oficiais, correspondentes ao mês do adimplemento da obrigação ou, excepcionalmente, do mês anterior, quando ainda não vencidas as referidas contribuições.

Parágrafo dez – No caso de falta do profissional em qualquer posto de trabalho, não suprido por outro profissional, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não trabalhadas.

Parágrafo onze – Por ocasião da liquidação e pagamento dos serviços faturados pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** efetuará a retenção dos impostos, observando o disposto na Instrução Normativa 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal. O ato

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

CLÁUSULA DEZESSETE – A **CONTRATADA** ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de:

b.1) 0,3% sobre o valor unitário mensal contratado, nos casos de a **CONTRATADA**:

b.1.1)	permitir a presença de profissional alocado no posto de trabalho não-uniformizado, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado, bem como sem portar o crachá, aplicada por profissional e por ocorrência;
b.1.2)	deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade do pessoal, aplicada por profissional e por dia;
b.1.3)	recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, aplicada por serviço e por dia;
b.1.4)	deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, aplicada por ocorrência;
b.1.5)	deixar de cumprir quaisquer dos itens do Contrato e anexos não-previstos nesta tabela de multas, aplicada por ocorrência e por dia;

b.2) por atraso de salários (A), inclusive férias (B) e 13º salário (C), auxílio-transporte (D) e/ou auxílio-refeição (E) nas datas avençadas, calculados aplicando-se a fórmula a seguir:

$$X = (10\% (A+B+C+D+E)) \times F \times G/30 + R\$ 400,00$$

Onde:

A, B, C, D, E = valor do item inadimplido, quando for o caso;

F = número de profissionais afetados;

G = número de dias em atraso;

R\$ 400,00 = corresponde ao valor mínimo da multa. No caso de mais de uma ocorrência dentro do mesmo mês, este valor será acrescido uma única vez;

b.3) 0,5% sobre o valor mensal contratado, nos casos de:

b.3.1)	não manter preposto nas dependências do STF, no horário definido no Termo de Referência, aplicada por dia;
b.3.2)	não manter matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, durante a vigência do Contrato, com condições adequadas para gerenciar a prestação dos serviços, aplicada por dia;

DA REPACTUAÇÃO

CLÁUSULA DEZENOVE – Os preços contratados poderão ser repactuados, mediante negociação entre as partes, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir, cabendo à **CONTRATADA** apresentar, junto à solicitação, a devida justificativa e demonstração analítica da variação dos componentes de custo do Contrato, de acordo com planilha de custos e formação de preços, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, com a comprovação de registro na Delegacia Regional do Trabalho, entre outros, visando à análise e aprovação pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro – Para os fins previstos nesta Cláusula, considera-se como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do início da vigência do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.

Parágrafo segundo – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

Parágrafo terceiro – Por ocasião da repactuação, poderão ser contemplados todos os componentes de custo do Contrato que tenham sofrido variação, desde que haja uma demonstração analítica devidamente justificada e comprovada.

Parágrafo quarto – Quanto ao critério de enquadramento sindical para efeito de repactuação, o **CONTRATANTE** verificará se o empregado pertence ou não à categoria diferenciada, e procederá da seguinte forma:

a) se o empregado não pertencer à categoria diferenciada, o critério de enquadramento sindical será o da atividade econômica preponderante do empregador, independentemente da função desempenhada pelo trabalhador;

b) se o empregado pertencer à categoria diferenciada, será aplicada a convenção coletiva do profissional integrante da categoria diferenciada, só fazendo jus aos benefícios da convenção coletiva de sua categoria se a empresa contratada for representada por órgão de classe de sua categoria, caso contrário, aplica-se a convenção coletiva referente à atividade econômica preponderante do empregador;

c) quando não for possível determinar a atividade preponderante do empregador em razão da diversidade de áreas em que atua (normalmente situação das empresas de terceirização com locação de mão de obra), o enquadramento sindical deve ser feito pela atividade efetivamente exercida pelo empregado.

Parágrafo quinto – Caberá à **CONTRATADA**, dentre outros documentos necessários à repactuação, apresentar documentação atualizada comprovando o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) a ser aplicado. O STF repactuará o FAP para reduzi-lo, com efeitos retroativos, não se admitindo majoração deste item.

Parágrafo sexto – Não é admitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de qualquer item de custo não previsto nos componentes apresentados originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

Parágrafo sétimo – A proposta de repactuação dependerá de iniciativa da **CONTRATADA**, observados os termos exigidos pelo *caput* desta Cláusula, e deverá ser apresentada durante a vigência do contrato, com a assinatura do termo de prorrogação de vigência contratual ou, se for o caso, com o encerramento do ajuste, sob pena de preclusão do direito de repactuar.

Impacto sobre 13º Salário e Férias (Incidência do Grupo A, conforme o RAT)	5,88%
Abono de Férias	2,78%
FGTS rescisões sem justa causa	3,60%
Percentual total dos encargos sociais a contingenciar	28,92%

CLÁUSULA VINTE E CINCO – A **CONTRATADA** solicitará autorização do **CONTRATANTE** para efetuar transferência/movimentação dos valores referentes às despesas com o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados que prestam os serviços contratados pelo **CONTRATANTE**, ocorridas durante a vigência do contrato. Para tanto, a **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, com antecedência suficiente para análise, planilha indicando os nomes dos profissionais a serem favorecidos, os documentos comprobatórios da ocorrência de indenizações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

CLÁUSULA VINTE E SEIS – A parcela correspondente ao Aviso Prévio Trabalhado será liberada no término do Contrato juntamente com o saldo remanescente na conta vinculada, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

DAS HORAS SUPLEMENTARES

CLÁUSULA VINTE E SETE – Os profissionais alocados nos postos de trabalho poderão, quando necessário, realizar serviços em horas suplementares, observado o limite estabelecido na CLT. A realização de serviços em horas suplementares deverá ser compensada com a respectiva diminuição na jornada, durante o mesmo mês, de acordo a necessidade do serviço. Caso não seja possível, será efetuado o pagamento das referidas horas suplementares.

Parágrafo primeiro – A realização de serviços em horas suplementares requer a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) apresentação de justificativa prévia do setor interessado, indicando número de posto, horário e período;
- b) existência de disponibilidade orçamentária;
- c) autorização prévia do ordenador de despesa;
- d) registro em sistema de controle de prestação de serviços.

Parágrafo segundo – As horas suplementares serão remuneradas com o resultado da seguinte operação:

$$VHS = \frac{S \times ES \times i \times BDI'}{h}$$

Onde:

VHS = Valor da hora Suplementar.



S = Salário + adicional.

i = índice referente ao acréscimo sobre a hora normal, assumindo os valores de

ANEXO I AO CONTRATO 67/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE CARREGADORES DE BENS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA (Pregão Eletrônico Nº 80/2015 – Processo nº 356.163).

AUTORIZAÇÃO

A empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, com sede na C-12 AE 02 Sala 323, 3º Andar – Ed. Conjunto Nacional – Taguatinga Centro, Brasília - DF, CEP: 72.010-120, CNPJ 03.591.509/0001-44, telefone: 3336-1982, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **Marcos Alex Sá Sereno**, CREA 7.779/D-DF e CPF 253.758.063-04, denominada **CONTRATADA**, autoriza o STF a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da **CONTRATADA**, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.



Nº 25, sexta-feira, 5 de fevereiro de 2016

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 12/2016 - UASG 040001

Nº Processo: 400364. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de serralheria. Total de Itens Licitados: 00021. Edital: 05/02/2016 às 10h00 às 17h59. Endereço: Praça Dos Tres Prodes - Ed. Anexo 1 - 2. Andar Plano Piloto - BRASÍLIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/040001-05-12-2016. Entrega das Propostas: a partir de 05/02/2016 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/02/2016 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível nos sites www.comprasnet.gov.br e www.stf.jus.br

(SIDE - 04/02/2016) 040001-00001-2016NE000001

PREGÃO Nº 16/2016 - UASG 040001

Nº Processo: 001222/2016. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para aquisição de materiais eletrônicos. Total de Itens Licitados: 00014. Edital: 05/02/2016 às 10h00 às 17h59. Endereço: Praça Dos Tres Prodes - Ed. Anexo 1 - 2. Andar Plano Piloto - BRASÍLIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/040001-05-16-2016. Entrega das Propostas: a partir de 05/02/2016 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/02/2016 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível nos sites www.comprasnet.gov.br e www.stf.jus.br

CEZAR AUGUSTO BARROS GADELHA
Pregoeiro

(SIDE - 04/02/2016) 040001-00001-2016NE000001

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

EXTRATO DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

Memorando de Entendimento, firmado entre o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai, a Secretaria de Administração da Presidência da República Federativa do Brasil e o Tribunal Superior Eleitoral da República Federativa do Brasil. OBJETO: Desfazimento das urnas eletrônicas doadas pelo Tribunal Superior Eleitoral à Secretaria de Administração da Presidência da República e cedidas por empréstimo ao Tribunal de Justiça Eleitoral do Paraguai. VIGÊNCIA: 180 dias a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes. ASSINATURA: 14/09/2015. ASSINAM: Maria Elena Wapenka Galcano - Ministra do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai; Clodiana B. Alves - Secretária de Administração da Presidência da República Federativa do Brasil, e Sergio Braun Solon de Pontes - Tribunal Superior Eleitoral da República Federativa do Brasil. Procedimento SEI nº 2015.00.000004183-9.

SECRETARIA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato TSE nº 2/2016, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa DLF Engenharia, Comércio e Representação Ltda. CNPJ: 03.591.509/0001-44. OBJETO: prestação de serviços de manutenção dos sistemas contra incêndio e pânico do TSE. VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 213.401,80. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e nº 10.520/2002. VIGÊNCIA: A partir da data de publicação no Diário Oficial da União e duração de 12 meses. ASSINATURA: 04/02/2016. ASSINAM: Leda Marlene Bandeira, Diretora-Geral, e Anderson Vidal Corrêa, Secretário de Administração, pelo TSE; e Marcos Alex Sa Serezo, Sócio-Diretor, pela Contratada. PA nº 2.383/2013.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

No processo nº: 2015/6863-9. Objeto: Inscrição de servidora do TSE no curso "Projeto Básico para Licitações. Termo de Referência, Técnicas de Elaboração de Edital e Contratos Administrativos. Conteúdo: AOF Cursos e Aperfeiçoamento Profissional Ltda. Fundamento Legal: Artigo 25, II, da Lei nº 8.666/93. Valor: R\$ 1.790,00 (mil setecentos e noventa reais). Reconhecimento de Inexigibilidade: em 1º/2/2016, por Anderson Vidal Corrêa, Secretário de Administração. Ratificação: em 3/2/2016, por Leda Marlene Bandeira, Diretora-Geral.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

2º Termo Aditivo ao Contrato TSE nº 20/2014, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa Planalto Service Ltda. CNPJ: 02.843.359/0001-56. OBJETO: Revisar o valor, haja vista a majoração do auxílio-transporte. VALOR DO CONTRATO: R\$ 610.213,01. FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93. ASSINATURA: 04/02/2016. ASSINAM: Leda Marlene Bandeira, Diretora-Geral, e Anderson Vidal Corrêa, Secretário de Administração, pelo TSE; e Rita de Cássia de Sousa, Diretora, pela Contratada. PA nº 17.378/2013.

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

147



CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 1/2016

Sagrou-se vencedora do certame, cujo objeto consiste na prestação de serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças, Grupos 1, 2, 3, 4 e 5, a empresa Comércio de Auto Peças Império LTDA

MÁRCIO GOMES DA SILVA
Pregoeiro

(SIDE - 04/02/2016) 090026-00001-2016NE000010

SUBSECRETARIA DE ATENDIMENTO

EXTRATOS DE CREDENCIAMENTOS

PROCESSO STJ 28600/2015. Termo de Credenciamento STJ n. 008/2016. CREDENCIADA: INSONO - INSTITUTO DO SONO DE BRASÍLIA LTDA. CNPJ: 09.045.786/0001-38. OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência e Atendimento à Saúde aos beneficiários do Programa de Assistência aos Servidores do STJ - PRO-SER. FUNDAMENTO: Artigo 230 da Lei n. 8.112/90, Lei n. 8.666/93 e AD STJ n. 82/2007. ASSINATURA: 04/02/2016. VIGÊNCIA: 04/02/2016 a 03/02/2021. SIGNATÁRIOS: Sérgio José Américo Pedreira - SAD/STJ, José Claudio de Moraes Xavier, Valtair Claudio de Castro Xavier e Jane Lucia Machado de Castro Xavier - Credenciados.

PROCESSO STJ 30888/2015. Termo de Credenciamento STJ n. 010/2016. CREDENCIADA: PADRÃO - IMAGENS MÉDICAS S/S LTDA. CNPJ: 13.334.167/0001-30. OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência e Atendimento à Saúde aos beneficiários do Programa de Assistência aos Servidores do STJ - PRO-SER. FUNDAMENTO: Artigo 230 da Lei n. 8.112/90, Lei n. 8.666/93 e AD STJ n. 82/2007. ASSINATURA: 04/02/2016. VIGÊNCIA: 04/02/2016 a 03/02/2021. SIGNATÁRIOS: Sérgio José Américo Pedreira - SAD/STJ e Valtair Lima Santos - Credenciado.

PROCESSO STJ 23813/2015. Termo de Credenciamento STJ n. 011/2016. CREDENCIADA: CLÍNICA DE DOENÇAS RENAIS DE TAGUATINGA LTDA. CNPJ: 38.033.882/0001-64. OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência e Atendimento à Saúde aos beneficiários do Programa de Assistência aos Servidores do STJ - PRO-SER. FUNDAMENTO: Artigo 230 da Lei n. 8.112/90, Lei n. 8.666/93 e AD STJ n. 82/2007. ASSINATURA: 04/02/2016. VIGÊNCIA: 04/02/2016 a 03/02/2021. SIGNATÁRIOS: Sérgio José Américo Pedreira - SAD/STJ e Evandro Reis da Silva Filho - Credenciado.

PROCESSO STJ 29002/2015. Termo de Credenciamento STJ n. 017/2016. CREDENCIADA: BRUNO OLIVEIRA BORGES CLÍNICA OFTALMOLOGICA. CNPJ: 22.792.602/0001-61. OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência e Atendimento à Saúde aos beneficiários do Programa de Assistência aos Servidores do STJ - PRO-SER. FUNDAMENTO: Artigo 230 da Lei n. 8.112/90, Lei n. 8.666/93 e AD STJ n. 82/2007. ASSINATURA: 04/02/2016. VIGÊNCIA: 04/02/2016 a 03/02/2021. SIGNATÁRIOS: Sérgio José Américo Pedreira - SAD/STJ e Bruno Oliveira Borges - Credenciado.

PROCESSO STJ 28958/2015. Termo de Credenciamento STJ n. 018/2016. CREDENCIADA: INSTITUTO ORTOPÉDICO DE TAGUATINGA LTDA. CNPJ: 04.739.465/0001-10. OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência e Atendimento à Saúde aos beneficiários do Programa de Assistência aos Servidores do STJ - PRO-SER. FUNDAMENTO: Artigo 230 da Lei n. 8.112/90, Lei n. 8.666/93 e AD STJ n. 82/2007. ASSINATURA: 04/02/2016. VIGÊNCIA: 04/02/2016 a 03/02/2021. SIGNATÁRIOS: Sérgio José Américo Pedreira - SAD/STJ e Daniel Rincón - Credenciado.

PROCESSO STJ 28962/2015. Termo de Credenciamento STJ n. 019/2016. CREDENCIADA: CENTRO DE ESPECIALIDADES DIAGNÓSTICAS MARTINS E CASTRO LTDA - EPP. CNPJ: 17.050.711/0001-73. OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência e Atendimento à Saúde aos beneficiários do Programa de Assistência aos Servidores do STJ - PRO-SER. FUNDAMENTO: Artigo 230 da Lei n. 8.112/90, Lei n. 8.666/93 e AD STJ n. 82/2007. ASSINATURA: 04/02/2016. VIGÊNCIA: 04/02/2016 a 03/02/2021. SIGNATÁRIOS: Sérgio José Américo Pedreira - SAD/STJ e Eudes José Martins - Credenciado. PROCESSO STJ 27432/2015. Termo de Credenciamento STJ n. 020/2016. CREDENCIADA: FOCUS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA ME. CNPJ: 15.367.480/0002-81. OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência e Atendimento à Saúde aos beneficiários do Programa de Assistência aos Servidores do STJ - PRO-SER. FUNDAMENTO: Artigo 230 da Lei n. 8.112/90, Lei n. 8.666/93 e AD STJ n. 82/2007. ASSINATURA: 04/02/2016. VIGÊNCIA: 04/02/2016 a 03/02/2021. SIGNATÁRIOS: Sérgio José Américo Pedreira - SAD/STJ e Márcia Souza Machado - Credenciada.

2º Termo Aditivo ao Contrato TSE nº 7/2015, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa Interativa Higienização e Contabilidade Ltda. CNPJ: 05.058.935/0001-42. OBJETO: Revisar, retroagar o prazo de vigência do contrato de 02/02/2016 a 02/02/2017. VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 7.478.866,24. FUNGÊNCIA: a partir da publicação no D.O.U. e duração de 12 meses. ASSINATURA: 02/02/2016. ASSINAM: Leda Marlene Bandeira, Diretora-Geral, e Anderson Vidal Corrêa, Secretário de Administração, pelo TSE; e Izaias Junio Vieira, Sócio-Diretor, pela Contratada. PA nº 12.933/2013.

9º Termo Aditivo ao Contrato TSE nº 13/2012, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa Prime Consultoria e Serviços Especializados Ltda. CNPJ: 12.978.443/0001-30. OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato até o dia 01/02/2017. VALOR DO CONTRATO: R\$ 507.575,52. FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. ASSINATURA: 01/02/2016. ASSINAM: Leda Marlene Bandeira, Diretora-Geral, e Anderson Vidal Corrêa, Secretário de Administração, pelo TSE; e Paulo Roberto de Sousa Duarte Junior, Sócio-Diretor, pela Contratada. PA nº 812/2012.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADOS DE JULGAMENTOS PREGÃO Nº 88/2015

Sagrou-se vencedora da licitação a empresa RECICLAR INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA ME.

(SIDE - 04/02/2016) 070001-00001-2015NE000222

PREGÃO Nº 89/2015

Sagrou-se vencedora da licitação para o Item I a empresa TECHNOS PUBLICAÇÕES LTDA ME.

JOSÉ MIRANDA MOREIRA
Pregoeiro

(SIDE - 04/02/2016) 070001-00001-2015NE000222

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho Global nº 2016NE000169, emitida em 03.02.2016. FAVORECIDO: SDK Comércio de Correlatos da Saúde LTDA. OBJETO: Aquisição de Material Odontológico. VALOR: R\$ 1.672,12. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e 10520/02. PA 2015.00.000006625-4.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 29/2016

Comunico o resultado da licitação em epígrafe: VENCEDORA: M.I. Montreal Informatica S.A.

MAGDA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Pregoeira

(SIDE - 04/02/2016) 050001-00001-2016NE000230

DIRETORIA-GERAL

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Processo STJ 17276/2015. 1º Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 10/15. CONTRATADA: Amil Assistência Médica Internacional S.A. CNPJ: 29.309.127/0001-79. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual. FUNDAMENTO: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: 10/2/16 a 9/2/17. ASSINATURA: 3/2/16. SIGNATÁRIOS: Miguel Augusto Fonseca de Campos - Diretor-Geral/STJ, Sérgio José Américo Pedreira - SAD/STJ, Márcia Matano dos Santos Martins e Liduina Macedo de Brito - Contratada.

Processo STJ 5682/15. 4º Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 38/14. CONTRATADA: Cidade Serviços e Mão de Obra Especializada. CNPJ: 26.414.755/0001-26. OBJETO: Recuperação econômico-financeira e exclusão de postos de trabalho. FUNDAMENTO: Art. 65, II, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: 03/2/16 a 10/8/16. ASSINATURA: 3/2/16. VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.504.306,36. SIGNATÁRIOS: Miguel Augusto Fonseca de Campos - Diretor-Geral/STJ, Sérgio José Américo Pedreira - SAD/STJ, e Orlando Lamounier Paraíso Junior - Contratada.

Supremo Tribunal Federal

ANEXO II AO CONTRATO N. 67/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE CARREGADORES DE BENS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA (Pregão Eletrônico N° 80/2015 - Processo 356.163).

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

Postos de Trabalho	Carga Horária do posto de trabalho	MONTANTE "A"			MONTANTE "B"			Somatório Montantes "A" e "B"	BDI Calculado sobre o somatório dos Montantes "A" e "B"	Total unitário mensal do posto de trabalho	Total unitário anual do posto de trabalho	Quantidade de horas anuais	Valor da hora	Quantidade de profissionais por posto de trabalho	Total mensal estimado da Contratação	Total anual estimado da contratação
		Salário	Encargos Sociais	Total unitário Montante "A"	Auxílio Alimentação	Vale transporte	Total unitário Montante "B"									
CARREGADOR DE BENS	44 horas semanais	1.148,28	781,63	1.929,91	490,00	186,40	676,40	2.606,31	599,19	3.205,50	38.466,00	1.965	19,58	10	32.055,00	384.660,00
	SUPERVISOR	44 horas semanais	2.669,72	1.817,28	4.487,00	490,00	94,94	584,94	5.071,94	1.166,04	6.237,98	74.855,76	1.965	38,09	1	6.237,98
Subtotal 1		6.416,91			1.261,34			7.678,25						11	38.292,98	459.515,76
EPI - RESSARCIMENTO																
UNIFORMES - RESSARCIMENTO																
Subtotal 2															500,00	6.000,00
HORA SUPLEMENTAR - VALOR ESTIMADO															49,50	594,00
ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - RESSARCIMENTO															166,67	2.000,00
AUXÍLIO FUNERAL - RESSARCIMENTO															166,67	2.000,00
SEGURO DE VIDA															1.650,00	19.800,00
PLANO DE SAÚDE RESSARCIMENTO																
Subtotal 3															2.532,84	30.394,00
TOTAL															41.708,83	500.505,88

ASSESSOR
STF
Assessoria

Supremo Tribunal Federal

ANEXO III AO CONTRATO N. 67/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE CARREGADORES DE BENS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA (Pregão Eletrônico Nº 80/2015 – Processo 356.163).

CÁLCULO DE HORAS E DIAS ÚTEIS NO PERÍODO
01/01/2016 a 31/12/2016

Mês	Nº de dias 2ª a 5ª Feira	Nº de dias 6ª feira	Nº de dias domingos e feriados	Nº de dias Feriados forenses	44 horas semanais
jan/16	16	4	5	0	100
fev/16	15	4	4	5	163
mar/16	17	3	4	5	177
abr/16	15	5	5	0	175
mai/16	17	4	4	6	185
jun/16	18	4	4	0	194
jul/16	16	5	5	0	108
ago/16	18	4	4	1	194
set/16	16	5	4	0	184
out/16	16	3	5	1	168
nov/16	15	4	4	6	167
dez/16	16	5	5	4	150
Dias úteis	195	50			
TOTAL DE HORAS DE FUNCIONAMENTO NO PERÍODO	245				1.965

CÁLCULO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO			
Qtd de vale refeição fornecida no ano	Valor unitário do vale refeição	Valor anual do auxílio alimentação	Valor estimado mensal
245	R\$ 24,00	R\$ 5.880,00	R\$ 490,00

CÁLCULO VALE TRANSPORTE

Postos de Trabalho	salário	12 meses (12 * salário)	dias úteis no ano	resultado (12 meses/dias úteis)	6% * resultado	dias trabalhados no ano	participação funcionário (anual)
CARREGADOR DE BENS	1.148,28	13.779,36	245	56,24	3,37	245	825,65
SUPERVISOR	2.669,72	32.036,64	245	130,76	7,85	245	1.923,25

Postos de Trabalho	valor do vale	quantidade diária	dias úteis no ano	resultado	participação do funcionário	participação da empresa	participação da empresa (mensal)
CARREGADOR DE BENS	6,25	2	245	3.062,50	825,65	2236,85	186,40
SUPERVISOR	6,25	2	245	3.062,50	1.923,25	1139,25	94,94

CÁLCULO BDI CUMULATIVO

DESCRIÇÃO	A	B	C	%
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	A			5,00%
TAXA DE LUCRO BRUTO	B			7,00%
TRIBUTOS	C			8,65%
ISS				5,00%
COFINS				3,00%
PIS				0,65%
TOTAL DO BDI MÁXIMO ADMITIDO				22,99%

Fórmula do BDI
$$BDI = \left\{ \frac{(1 + A) \times (1 + B)}{(1 - C)} \right\} - 1$$

Onde:
A = Taxa de Despesas Administrativas;
B = Taxa do Lucro Bruto; e
C = Taxa dos Tributos

Supremo Tribunal Federal

ANEXO IV AO CONTRATO N. 67/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE CARREGADORES DE BENS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA (Pregão Eletrônico Nº 80/2015 – Processo 356.163).

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS PERCENTUAIS DE ENCARGOS SOCIAIS		
Item	Título	
	R A T %	3,00
	FAP (original)	0,5000
Grupo "A"		%
1	PREVIDÊNCIA SOCIAL	20,00
2	SESI / SESC	1,50
3	SENAI / SENAC	1,00
4	INCRA	0,20
5	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50
6	F G T S	8,00
7	RAT Ajustado	1,50
8	SEBRAE	0,60
Total do Grupo "A"		35,30
Grupo B		%
9	13º SALÁRIO	8,33
10	FÉRIAS	8,33
11	ABONO DE FÉRIAS	2,78
12	AUXÍLIO DOENÇA	1,39
13	LICENÇA PATERNIDADE	0,02
14	FALTAS LEGAIS	0,28
15	ACIDENTE DO TRABALHO	0,03
Total do Grupo "B"		21,160
Grupo C		%
16	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,42
17	AVISO PRÉVIO	0,04
18	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,08
19	FGTS RECISÕES SEM JUSTA CAUSA	3,60
Total do Grupo "C"		4,14
Grupo D		%
20	INCIDÊNCIA DE A SOBRE B	7,47
Total do Grupo "D"		7,47
Total dos Encargos Sociais		68,07
Aviso Prévio ao término do contrato 23,33% da remuneração mensal = (7 / 30) x 100		

PERCENTUAIS PARA CONTIGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS	
Item	Risco Acidente do Trabalho - RAT
	3
Grupo "A"	
TÍTULO	
%	
13º SALÁRIO	8,33
FÉRIAS	8,33
Subtotal	16,66
INCIDÊNCIA GRUPO "A"	5,88
ABONO DE FÉRIAS	2,78
FGTS RECISÕES SEM JUSTA CAUSA	3,60
A CONTINGENCIAR	28,92

ANEXO V AO CONTRATO N. 67/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE CARREGADORES DE BENS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA (Pregão Eletrônico Nº 80/2015 – Processo 356.163).

UNIFORMES

1 - SUPERVISOR - MASCULINO

Total de peças anuais	Descrição do uniforme	Valor unitário	Valor total
2	Terno completo, conforme especificação constante no Termo de Referência.	498,31	996,62
4	Camisa social masculina, conforme especificação constante no Termo de Referência.	125,00	500,00
6	Pares de meias sociais, conforme especificação constante no Termo de Referência.	9,75	58,50
2	Gravata social, conforme especificação constante no Termo de Referência.	32,50	65,00
1	Cinto social, conforme especificação constante no Termo de Referência.	40,00	40,00
2	Par de sapatos, conforme especificação constante no Termo de Referência.	130,00	260,00
TOTAL ANUAL			1.920,12
VALOR UNITÁRIO MENSAL			160,01

2 - SUPERVISOR - FEMININO

Total de peças anuais	Descrição do uniforme	Valor unitário	Valor total
2	Blazer conforme especificação constante no Termo de Referência.	220,00	440,00
2	Saia social, conforme especificação constante no Termo de Referência.	75,00	150,00
2	Calça social, conforme especificação constante no Termo de Referência.	75,00	150,00
4	Blusa Social, conforme especificação constante no Termo de Referência.	75,00	300,00
2	Par de Sapato Feminino, conforme especificação constante no Termo de Referência.	100,00	200,00
6	Meia calça, conforme especificação constante no Termo de Referência.	25,00	150,00
2	Bata Gestante, conforme especificação constante no Termo de Referência.	80,00	160,00
2	Calça para gestante, conforme especificação constante no Termo de Referência.	80,00	160,00
TOTAL ANUAL			1.710,00
VALOR UNITÁRIO MENSAL			142,50


 ASSESSOR JURÍDICO
 STF
 Assessoria

3 - CARREGADORES

Nº de peças a serem fornecidas anualmente	Descrição do uniforme	Valor unitário	Valor total
4	Calça jeans azul escura, conforme especificação constante no Termo de Referência.	80,00	320,00
2	Par de botina, conforme especificação constante no Termo de Referência.	110,00	220,00
6	Camisa polo lisa, conforme especificação constante no Termo de Referência.	35,10	210,60
6	Par de meia, conforme especificação constante no Termo de Referência.	9,00	54,00
TOTAL ANUAL			804,60
VALOR UNITÁRIO MENSAL			67,05

RESUMO UNIFORME:

a) 01 (um) conjunto de uniforme SUPERVISOR - masculino - anual	R\$ 1.920,12
b) 10 (dez) conjuntos CARREGADORES DE BENS	R\$ 8.046,00
TOTAL ANUAL	R\$ 9.966,12
VALOR MENSAL	R\$ 830,51

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - CARREGADORES DE BENS			
Estimativa de nº de peças a serem fornecidas anualmente	Descrição do uniforme	Valor unitário	Valor total
10	Luva de segurança com fios de aço - com 4 fios de aço.	8,00	80,00
50	Máscara de proteção contra pó - descartável, sem válvula.	1,00	50,00
10	Cinto de agachamento abdominal, lombar, de peso aproximado entre 0,230g à 0,400g.	50,00	500,00
			630,00
VALOR UNITÁRIO MENSAL			52,50

RESUMO EPI:

Valor anual para 10 (dez) CARREGADORES DE BENS	R\$ 630,00
VALOR MENSAL	R\$ 52,50

ASSESSORIA JURÍDICA
STF

Amoiled